



PGR pede condenação de 39

Órgão denuncia ao STF envolvidos na depredação do Senado e requer o bloqueio de R\$ 40 milhões em bens dos investigados

» MARYANNA AGUIAR
Especial para o Correio

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pacote de denúncias contra 39 pessoas envolvidas na depredação do Senado durante os atos golpistas do último dia 8.

Os denunciados devem responder pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça com emprego de substância inflamável contra o patrimônio da União e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado.

Segundo a denúncia, “o ataque às sedes dos Três Poderes tinha por objetivo final a instalação de um regime de governo alternativo, produto da abolição do Estado democrático de direito”, diz a acusação.

O documento foi assinado pelo subprocurador-geral da República, Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, criado na semana passada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras.

Além de pedir a condenação dos envolvidos nos ataques, Santos solicitou a decretação de prisão preventiva dos denunciados, medida considerada essencial para impedir que novos crimes violentos contra o Estado democrático de direito sejam cometidos.

Reparação de danos

Também foi requerido o bloqueio de bens no valor total de R\$ 40 milhões para reparar os danos, tanto os materiais ao patrimônio público quanto os morais coletivos, e a perda dos cargos ou funções públicas nos casos pertinentes.

No documento, foi incluído um pedido para que o STF adote as medidas necessárias visando impedir que os denunciados deixem o país sem prévia autorização judicial e que os nomes

» PF cumpre mandado de prisão

A Polícia Federal cumpriu, ontem, três mandados de prisão temporária contra suspeitos de organizar e financiar os atos terroristas em Brasília. Um dos investigados foi detido em Campos dos Goytacazes (RJ). Outros dois não foram localizados. De acordo com a corporação, a apuração visava identificar as lideranças locais que bloquearam as rodovias que passam pelo município. Também foram cumpridos cinco ordens de busca e apreensão.

dos envolvidos sejam inseridos no Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal, bem como a preservação de material postado em redes sociais pelos denunciados.

Os 39 radicais foram investigados como “executores materiais dos crimes” — ao todo, a PGR apura os atos golpistas em quatro frentes de investigação distintas.

A PGR diz não ter imputado aos denunciados suposto crime de terrorismo em razão de a lei exigir, para caracterização do delito, que os atos sejam praticados “por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião”. Segundo o órgão, “não foi possível comprovar até o momento” tal motivação.

A apresentação da denúncia se dá três dias após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), levar a Aras uma representação contra radicais presos pela Polícia Legislativa no dia da invasão ao Congresso.

Segundo a Polícia Legislativa, os invasores do Senado arremessaram contra os agentes “pontas de aço, paus, pontas chumbadas e diversos itens” do mobiliário da Casa. Foram apreendidos um machado cabo de fibra de vidro emborrachado, um canivete preto e uma faca esportiva de camping, caça e selva. (Com Agência Estado)

Reforço para batalhão da PM na Esplanada

» ANA MARIA POL

Responsável pela segurança da Esplanada dos Ministérios, o 6º Batalhão de Polícia Militar vai ter aumento de efetivo e passará por mudanças na sede. O anúncio foi feito, ontem, pela governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), após reunião com o interventor da segurança do DF, Ricardo Cappelli, e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para planejar o reforço da segurança na Praça dos Três Poderes. A decisão ocorre na esteira dos atos terroristas de 8 de janeiro, que vandalizaram os prédios do Palácio do Planalto, Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com Celina Leão, a ideia inicial é melhorar a estrutura do batalhão para permitir reações céleres. “Queremos, no mínimo, mais 500 homens. Hoje, temos 248 para pronta resposta para essa área”, disse. Com o objetivo de aumentar o espaço da sede, uma área com mais de cinco mil metros quadrados vai ser usada, segundo a governadora em exercício.

Está previsto, também, o reajuste do valor pago pelo Serviço Voluntário Gratificado (SVG). “Temos a possibilidade de aumentar o voluntariado da

Polícia Militar. Hoje, gastamos R\$ 148 milhões e queremos dobrar para R\$ 300 milhões”, informou. De acordo com Celina Leão, essa é uma reivindicação antiga da corporação. “Temos condições de aumentar de forma imediata, e as medidas estão sendo tomadas pelo secretário de Planejamento. Teremos, ainda, os homens que estão sendo tomados pelos cursos de formação. Serão 600 pessoas prontas para entrar e atuar nas nossas forças de segurança”, completou.

Emergência

Lira, por sua vez, reiterou a importância da ação. “A nossa visita aqui tem como intuito fazer um planejamento de emergência para a ocupação de mais militares, para reforçar a segurança desta área sensível à democracia brasileira. E, logo após, vamos realizar a construção de um batalhão que proporcionará mais segurança para esse local”, frisou.

O deputado mostrou apreensão com a segurança na posse dos parlamentares, em 1º de fevereiro. Além disso, na mesma data, ocorrerá a eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado. “A nossa preocupação agora é com a posse de 513 deputados, 81

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Destuição no Senado: radicais foram presos pela Polícia Legislativa, após enfeitá-los e impedir mais danos

Lira se descola de Bolsonaro

Ao ser questionado, ontem, sobre o papel do ex-presidente Jair Bolsonaro nos atos golpistas contra as sedes dos Três Poderes, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), respondeu que cada um deve responder pelo que faz. “O meu CPF é um, o CPF do presidente Bolsonaro é outro”, declarou, durante coletiva de imprensa.

Na última sexta-feira, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), incluiu Bolsonaro na investigação sobre os atos golpistas, após pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). No dia 8, apoiadores do ex-presidente invadiram e depredaram a Corte, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

“Nós temos que ter calma neste momento e investigar todos os aspectos. A nossa fala não muda:

todos que praticaram e contribuíram para esses atos de vandalismo devem ser severamente punidos”, enfatizou Lira.

Parlamentares

Ele também afirmou que os parlamentares que mentiram e divulgaram fake news sobre os ataques golpistas serão “chamados à responsabilidade”. A menção foi ao deputado eleito Abílio Brunini (PL-MT), que publicou nas redes sociais um vídeo no Salão Verde da Câmara e afirmou que não houve “praticamente nenhum estrago” no local. “É que, se você fica assistindo só na internet, parece que está tudo quebrado em Brasília, mas não é verdade”, diz Brunini, no vídeo.

“Todos que tiverem responsabilidades vão responder, inclusive parlamentares que andam

difamando e mentindo com vídeos dizendo que praticamente houve inverdades nas agressões que a Câmara sofreu no seu prédio”, frisou Lira. “Então, esses deputados serão chamados à responsabilidade, porque todos viram a invasão, as cenas são terríveis, violentas, gravíssimas.”

O presidente da Câmara se reuniu, ontem, com o procurador-geral da República, Augusto Aras, para entregar uma notícia-crime contra as pessoas que foram presas pela Polícia Legislativa durante o ataque ao Congresso.

Lira colocou a advocacia da Casa à disposição para ajudar no processo de investigação. Na sexta-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se reuniu com Aras para entregar dados dos invasores e defender a punição dos culpados.

Torres sem regalias

Promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) estiveram, ontem, no 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará, onde visitaram as condições em que está preso o ex-secretário da Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres.

O MPDFT confirmou que os promotores foram ao local para inspecionar a cela de Torres, e ressaltou que não foram constatados privilégios para o ex-ministro da Justiça, que é delegado da Polícia Federal.

Torres foi preso no sábado, após desembarcar no aeroporto de Brasília. Em seguida, encaminhado ao batalhão onde passou por uma audiência de custódia e, agora, aguarda para prestar depoimento à Justiça, na investigação sobre os atos terroristas do dia 8.

Ele estava de férias em Miami, nos EUA, quando teve a prisão decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A Justiça investiga eventual omissão de Torres em relação aos atos criminosos.

Habeas corpus

O pedido de habeas corpus (HC) preventivo para Torres e para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está no STF, será decidido pelo ministro Ricardo Lewandowski. A ação foi distribuída no início de ontem, após ser protocolada no último sábado, antes da prisão do ex-secretário.

Como Torres está preso, o objeto do processo fica prejudicado, ao passo em que o mérito acerca de Bolsonaro poderá ser julgado. Não há pedido de prisão contra o ex-presidente.

Não há, regimentalmente, prazo para que o ministro decida, restando assim mais de uma hipótese: se manifestar em decisão abreviada sobre o pedido ou não analisar liminarmente a ação com celeridade. (Colaborou Kelly Hekally)

Renato Alves/Agência Brasília



Cappelli, Lira e Celina Leão no 6º Batalhão da Polícia Militar



Queremos, no mínimo, mais 500 homens. Hoje, temos 248 para pronta resposta para essa área”

Celina Leão, governadora em exercício

senadores, seus convidados e familiares. Então todo o planejamento está sendo bem cuidado para que a gente não tenha nenhum tipo de surpresa”, destacou. “Temos de ter ciência de

que muitas pessoas vão se deslocar, de vários lugares do país, para Brasília, e é importante que todos estejamos atentos, com um plano de segurança preventivo.”

Ministros disparam críticas contra Zema

» LUANA PEDRA
» ANA MENDONÇA

Belo Horizonte — Ministros de Lula dispararam críticas ao governador Romeu Zema (Novo) por ter acusado o Executivo federal de ter feito “vista grossa” para os atos terroristas do último dia 8 com o objetivo de sair como vítima.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, chamou de “infeliz e irresponsável” a acusação de Zema. “Há muito não se ouvia algo tão estarrecido e absurdo. Sua declaração deve ser repudiada”, disse o ex-senador mineiro. “Essa postura em nada colabora para a apuração dos fatos criminosos nem para a pacificação que se espera do país”, acrescentou.

Quem também criticou Zema foi o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta. “Não contribui o governador de um estado importante como Minas Gerais fazer insinuações sem base, tentando culpar a vítima, como teoria da conspiração que levou muitos golpistas a ventilar fake news sobre ‘infiltrados’ e coisas desse tipo”, destacou.

O deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSol-SP) também criticou Zema. “Era só o que faltava. É lamentável ver esse bolsonarista irresponsável

governando um estado tão importante como Minas Gerais”, reprovou.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, Zema disse considerar que qualquer declaração feita antes da conclusão das investigações é “achismo”, mas que pode “suportar” que houve omissão dos órgãos de segurança da gestão Lula. “Parece-me que houve um erro da direita radical, que é minoria. Houve um erro também, talvez até proposital, do governo federal, que fez vista grossa para que o pior acontecesse e ele se fizesse, posteriormente, de vítima. É uma suposição, mas as investigações vão apontar se foi isso”, frisou.

“Tudo é uma suposição, qualquer conclusão agora é prematura, mas o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que está subordinado ao Ministério da Justiça, foi comunicado previamente da situação e não se mobilizou, não fez nenhum plano de contingência”, continuou Zema.

Ao afirmar que a direita radical “foi minoria” nos ataques às sedes dos Três Poderes, o governador endossa um discurso que cresce nas redes sociais, de que os atos teriam “infiltrados”, responsáveis pela depredação.

Leia mais sobre as declarações de Zema na coluna Brasília-DF, na página 5